

Superior Tribunal de Justiça

**RE nos EDcl no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 111.781 - CE
(2019/0115488-0)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : ANTONIO GOIS MONTEIRO MENDES
ADVOGADOS : VICENTE MARTINS PRATA BRAGA - CE019309
LUIS EDUARDO DE SALLES TEMOTEO - CE032312
ROBERTO LINCOLN DE SOUSA GOMES JUNIOR -
CE033249
MARCELO LUIZ BATISTA OLIVEIRA - CE017829
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PREFEITO. FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 29, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ACÓRDÃO ATACADO DE ACORDO COM ENTENDIMENTO DO STF. RECURSO NÃO ADMITIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto por ANTÔNIO GOIS MONTEIRO MENDES, com fulcro no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, contra acórdão proferido pela Quinta Turma desta Corte Superior de Justiça, assim ementado (fl. 384):

PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. CRIME PRATICADO POR PREFEITO NO EXERCÍCIO DE MANDATO ANTERIOR. NÃO CARACTERIZADA ORDEM SEQUENCIAL E ININTERRUPTA DOS MANDATOS. CONTINUIDADE DA AÇÃO PENAL NO JUÍZO DE 1º GRAU. INOCORRÊNCIA DE NULIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A orientação jurisprudencial mais recente do Supremo Tribunal Federal indica que "o foro por prerrogativa de função restringe-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas." (AP 937 QO, Rel. Ministro ROBERTO BARROSO, TRIBUNAL PLENO, julgado em 03/05/2018, DJe 10/12/2018).

2. Na hipótese em que o delito seja praticado em um mandato e o réu seja reeleito para o mesmo cargo, a continuidade do foro por prerrogativa de função restringe-se às hipóteses em que os diferentes mandatos sejam exercidos em ordem sequencial e ininterrupta (Inq 4.127, Rel. Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, TRIBUNAL PLENO, julgado em 20/11/2018, DJe 23/11/2018).

3. No caso em exame, como os fatos atribuídos ao recorrente ocorreram no curso do mandato anterior (2009/2012), sem que fosse reeleito para o período subsequente, retornando ao executivo municipal somente em janeiro de 2017, verifica-se a quebra da necessária e indispensável continuidade do exercício do mandato político para fins de prorrogação de competência.

Superior Tribunal de Justiça

4. Tendo em vista que os fatos apurados são referentes ao exercício do cargo de prefeito durante os anos de 2009/2012, não se vislumbra ilegalidade na manutenção do Juízo da Vara Única da Comarca de Pedra Branca/CE para processar e julgar o recorrente, sem necessidade de nova remessa ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

5. Recurso não provido.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados a teor da seguinte ementa (fl. 409):

PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. CRIME PRATICADO POR PREFEITO NO EXERCÍCIO DE MANDATO ANTERIOR. NÃO CARACTERIZADA ORDEM SEQUENCIAL E ININTERRUPTA DOS MANDATOS. CONTINUIDADE DA AÇÃO PENAL NO JUÍZO DE 1ª GRAU. INOCORRÊNCIA DE NULIDADE. ENTENDIMENTO FIRMADO PELA SUPREMA CORTE NA QO NA AP 937/RJ. APLICÁVEL AO CARGO DE PREFEITO MUNICIPAL. VÍCIO DE OMISSÃO NÃO VERIFICADO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. A teor do disposto no art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração, como recurso de correção, destinam-se a suprir omissão, contradição e ambiguidade ou obscuridade, existente no presente ulgado.

2. No caso em exame, afirmou o acórdão embargado que "a orientação jurisprudencial mais recente do Supremo Tribunal Federal indica que "o foro por prerrogativa de função restringe-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas." (AP 937 QO, Rel. Ministro ROBERTO BARROSO, TRIBUNAL PLENO, julgado em 3/5/2018, DJe 10/12/2018)".

3. "Quanto à prerrogativa de função atribuída ao cargo de prefeito municipal, com previsão no art. 25, inciso X, da Constituição Federal, temos que esta também se insere em hipótese excepcional de competência, que comporta interpretação restritiva, nos moldes delineados pela Suprema Corte na já mencionada Ação Penal 937/RJ. Isso porque, à luz das mesmas razões de decidir utilizadas pelo STF, é necessário que a prerrogativa de foro sirva ao seu papel constitucional de garantir o livre exercício das funções, e não o de assegurar privilégios ou tratamentos desiguais." (HC 472.031/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 21/5/2019, DJe 30/5/2019).

4. Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões deste recurso extraordinário (fls. 423/436), sustenta o recorrente, em síntese, violação ao art. 29, X, da Constituição Federal, argumentando que tem direito ao foro por prerrogativa de função.

Não se conforma com a tese fixada no acórdão atacado de que, havendo solução de continuidade entre mandatos, um hiato de quatro anos, entre o primeiro e o segundo mandatos, os fatos ocorridos na primeira vez em que foi prefeito não podem mais viabilizar o foro privilegiado.

Diz que o precedente do Supremo Tribunal Federal não se aplica a

Superior Tribunal de Justiça

prefeitos.

As contrarrazões não foram apresentadas (fl. 447).

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta admissão.

Com efeito, o acórdão atacado está de acordo com entendimento firmado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, conforme se verifica do seguinte excerto (fls. 392/393):

(...)

Sobre o tema, a orientação jurisprudencial mais recente do Supremo Tribunal Federal indica que "o foro por prerrogativa de função restringe-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas." (AP 937 QO, Rel. Ministro ROBERTO BARROSO, TRIBUNAL PLENO, julgado em 03/05/2018, DJe 10/12/2018).

Quanto às hipóteses de reeleição para o mesmo cargo, definiu-se que, nos casos em que o delito seja praticado em um mandato e o réu seja reeleito para o mesmo cargo, a continuidade do foro por prerrogativa de função restringe-se às hipóteses em que os diferentes mandatos sejam exercidos em ordem sequencial e ininterrupta (Inq 4127, Rel. Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, TRIBUNAL PLENO, julgado em 20/11/2018, DJe 23/11/2018).

O Ministro Relator, naquela ocasião, assim concluiu:

[...] Na presente hipótese, os fatos atribuídos ao Deputado Federal Benedito Roberto Alves Ferreira teriam ocorrido em meados do ano de 2009, no curso da 53ª Legislatura (2007/2011), sendo certo que o parlamentar não fora reeleito para exercer o mandato no período subsequente (54ª Legislatura - 2011/2015), retornando à Câmara dos Deputados somente em 2015, na 55ª Legislatura (2015/2019).

[...] Destarte, apesar de o investigado Benedito Roberto Alves Ferreira encontrar-se investido, atualmente, no cargo de Deputado Federal, o exercício dessa função pública não alcança a solução de continuidade com o cargo para o qual foi eleito em legislatura passada, contemporânea aos fatos a si imputados.

Vale dizer, in casu, não se tem a aludida continuidade de legislatura que autoriza seu processamento e julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. Isso posto, com fundamento no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e no art. 109 do Código de Processo Penal, e considerando a expressa manifestação da Procuradoria-Geral da República no sentido da declinação da competência ao Juízo de primeiro grau para o processamento e julgamento do presente feito, reconheço a incompetência deste Supremo Tribunal Federal e determino o retorno dos autos à 12ª Vara Federal do Distrito Federal para regular prosseguimento. [...] No mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. INQUÉRITO. DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA. APLICAÇÃO DE ENTENDIMENTO DO PLENO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA QUESTÃO DE ORDEM DA AÇÃO PENAL 937. RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DA 11ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS. MANDATOS DISTINTOS EXERCIDOS

Superior Tribunal de Justiça

SEM SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE. ASSUNÇÃO A CARGO PARLAMENTAR VAGO NA CONDIÇÃO DE SUPLENTE. PRORROGAÇÃO DE COMPETÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar Questão de Ordem suscitada nos autos da AP 937, de relatoria do eminente Ministro Luís Roberto Barroso, decidiu que a competência desta Corte para processar e julgar parlamentares, nos termos do art. 102, I, b, da Constituição Federal, restringe-se aos delitos praticados no exercício e em razão da função pública.

2. Em se tratando de mandatos políticos distintos, exercidos sem solução de continuidade, não remanesce a unidade de legislatura dos cargos parlamentares para fins de prorrogação de competência. Ao lado disso, a condição de suplente não confere ao assim nomeado as prerrogativas decorrentes ao regime jurídico constitucional próprio dos congressistas, que decorre da efetiva diplomação e posse no cargo. Precedentes.

3. À minguada das balizas estabelecidas pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal, não subsiste a competência de foro no âmbito da Corte, sendo imperativo o declínio de competência do INQ 3.444 para o juízo responsável.

4. Agravo regimental desprovido.” (Pet. 7.734, Segunda Turma, Rel. Min. Edson Fachin, v.u., j. 30/10/2018)

No caso em exame, como os fatos atribuídos ao paciente ocorreram no curso do mandato anterior (2009/2012), sem que fosse reeleito para o período subsequente, retornando ao executivo municipal somente em janeiro de 2017, verifica-se a quebra da necessária e indispensável continuidade do exercício do mandato político para fins de prorrogação de competência.

Consoante entendeu o Desembargador Relator na origem "(...) se os fatos narrados na inicial tivessem sido praticados no atual mandato de prefeito (2017/2020), esta Corte seria competente para o processamento e julgamento da ação principal para os delitos cometidos durante esta nova investidura e somente os que tenham relação com a função desempenhada, não podendo avocar tal competência para fatos cometidos anteriormente como os supostamente praticados nos anos de 2008-2012." (e-STJ, fl. 353).

Dessa forma, tendo em vista que os fatos apurados são referentes ao exercício do cargo de prefeito durante os anos de 2009/2012, não se vislumbra ilegalidade na manutenção do Juízo da Vara Única da Comarca de Pedra Branca/CE para processar e julgar o paciente, sem necessidade de nova remessa ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em habeas corpus.

Em tal contexto, não há razão para a subida do Recurso Extraordinário.

Ante o exposto, com espeque no art. 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil, **não admito o recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente

